



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CAMILA CRISTINA SARAIVA CASTELLO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A NÃO MATERNIDADE

BRASÍLIA

2020



CAMILA CRISTINA SARAIVA CASTELLO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A NÃO MATERNIDADE

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Orientação: Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

BRASÍLIA

2020

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento vai, primeiramente, para o Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, que incentiva e oportuniza a produção científica acadêmica dentro da instituição. Também gostaria de agradecer a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP, que, em parceria com o UniCEUB, aprovou o projeto, bem como estimula e promove o desenvolvimento científico.

Às colaboradoras da Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa, que de forma gentil, prestativa e organizada, sempre se mostraram solícitas para esclarecer dúvidas e atender as demandas da equipe pesquisadora, além de promoverem oficinas e atividades que foram muito importantes e esclarecedoras.

Ao meu orientador, que acreditou na minha proposta de pesquisa e facilitou esse percurso, que apesar de muito desafiador, fez render bons frutos. Agradeço também aos meus familiares, ao meu companheiro e as minhas amigas: não só pela compreensão, mas também pelas dicas, críticas construtivas, sugestões e discussões sobre a temática.

Por fim, gostaria de agradecer as seis mulheres que participaram com seus relatos e compartilharam suas histórias comigo. Obrigada por terem aceitado o convite para realizarem as entrevistas e por disporem um pouco do seu tempo para colaborarem com a pesquisa. Sem vocês, o estudo não teria sido possível.

RESUMO

Fundamentada na Teoria das Representações Sociais e na literatura sobre processos identitários da Psicologia e das Ciências Sociais, a pesquisa, de epistemologia qualitativa, teve como objetivo analisar as representações sociais sobre maternidade nas trajetórias de mulheres que decidiram não ser mães. Em termos metodológicos, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com mulheres de idades entre 18 e 63 anos, residentes do Distrito Federal. Dentre as seis participantes, duas eram mães, uma desejava ser e três optaram por não ter filhos. Os resultados do estudo indicaram que o fenômeno da não maternidade vem ganhando cada vez mais espaço na atualidade, demonstrando, não só, uma nova possibilidade de vivenciar o ser mulher, mas também no modo como essas mulheres são representadas. A ideia de maternidade enquanto uma escolha foi consenso entre as participantes. Contudo, foi possível identificar nos discursos dessas mulheres que a maternidade ainda aparece enquanto um elemento estruturante da identidade feminina, visto que os estereótipos de gênero ainda cumprem uma função de normatizar e reafirmar papéis sociais, que acabam resgatando crenças e práticas pautados em ideais ligados a noção de feminilidade. Esse pensamento, muito comum e difundido no imaginário social, acaba dificultando a aceitação social de mulheres que não enxergam a maternidade como algo fundamental em suas vidas. Diante disso, a pesquisa demonstrou que existem desafios a serem superados no universo da não-maternidade, já que a escolha envolve uma série de fatores e consequências para a vida da mulher que toma essa decisão. A inserção mais ampla do fenômeno da não-maternidade no nosso contexto cultural é provocadora porque implica mudanças estruturais mais profundas, revelando que as representações sociais sobre a não-maternidade são apenas um pedaço da ponta do iceberg.

Palavras-Chave: Não Maternidade. Mulheres. Representações Sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
OBJETIVOS	8
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, GÊNERO E IDENTIDADE	9
FEMINILIDADES E REPRESENTAÇÕES SOBRE OS FENÔMENOS DA MATERNIDADE E DA NÃO MATERNIDADE	12
MÉTODO	17
RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
I. A " <i>BELEZA POR TRÁS DO SOFRIMENTO</i> ": PROCESSOS IDENTITÁRIOS E O SER MULHER NA ATUALIDADE	20
II. MATERNIDADE E OS DOIS LADOS DA MESMA MOEDA: A LINHA TÊNUE ENTRE O AMOR INCONDICIONAL E A SOBRECARGA	23
III. MULHERES NÃO MÃES: A EXPERIÊNCIA DE SER MULHER SEM SER MÃE	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	41
APÊNDICE A – Roteiro Entrevista (Mulheres que são mães/desejam ser)	41
APÊNDICE B – Roteiro Entrevista (Mulheres que não querem ser mães)	42
ANEXOS	43
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	43

INTRODUÇÃO

Uma representação social comum quando o assunto são mulheres é a associação da identidade feminina à maternidade. No entanto, a associação mulher-mãe pode representar um nível de coercitividade social que é potencialmente geradora de sofrimento subjetivo a muitas mulheres que optam por não serem mães ou simplesmente não podem o ser por razões externas à sua vontade. Além disso, com o fortalecimento dos movimentos feministas e a luta pela liberdade de ação e escolhas femininas diante de uma cultura patriarcal, bem como as transformações e deslocamentos identitários que ocorrem contemporaneamente, cada vez mais, as mulheres questionam os papéis que sempre tiveram que exercer, entre eles, o da maternidade.

A literatura sobre a temática (MOURA e ARAÚJO, 2004; SCAVONE, 2001a; SCAVONE, 2001b; TRINDADE, COUTINHO e CORTEZ, 2016; ZANELLO, 2018) contesta a perspectiva essencialista e determinista que coloca o ser mãe como algo instintivo e natural. Apesar de existir um recorte importante de classe e cor acerca dessa vivência, de maneira geral, a maternidade como uma escolha é uma resposta aos novos estilos de vida e as novas formas de organização social. Isto implica diversas mudanças nos âmbitos público e privado, oferecendo, assim, novas possibilidades de ser e estar no mundo, bem como de vivenciar a própria não maternidade.

No Reino Unido, por exemplo, encontramos a “Gateway Women”, uma rede de suporte criada para oferecer apoio às mulheres que não tem filhos. Tal organização criou o termo “NoMo”, da expressão “No Mother” (não mãe, em português), que se tornou mundialmente conhecida. Há ainda outros termos como “childfree” ou “childless”, que também têm sido utilizados para designar mulheres ou casais que não são pais (por opção ou não). Esse cenário, impulsionado pelas discussões de gênero, está diretamente ligado as mudanças sociais, político e econômicas, que vem originando novas formas de organizações familiares e contestando papéis sociais que as mulheres sempre tiveram que exercer.

A tripla jornada (mãe, mulher e profissional) é uma realidade que requer das mulheres a conciliação de diversas demandas. E justamente por esse motivo, muitas delas acabam repensando suas escolhas e prioridades, pois a maternidade, diante das exigências do mundo moderno, está sendo vista, cada vez menos, como uma obrigação. O ideal de reprodutora e cuidadora está, aos poucos, se esvaindo. Por outro lado, o ideal materno ainda é muito difundido no imaginário social (ZANELLO, 2018) e as crenças ligadas a ele,

fazem com que a concepção de mulher-mãe ainda se sustente nos discursos e práticas socioculturais. Como foi dito pela psicanalista Maria Homem em um curso sobre a Tripla Jornada da mulher: “os homens sempre tiveram a opção de não ser pais e ainda é surpreendente quando uma mulher não quer ser mãe”.

As representações sociais da maternidade ainda estão profundamente enraizadas no âmbito coletivo, guiando maneiras de agir e pensar das pessoas (MOSCOVICI, 2015). Desse modo, é importante admitir que o fenômeno da não maternidade traz consigo desafios e, como toda mudança de paradigma, encontra resistência. Diante disso, é fundamental destacar que a maternidade como uma não escolha possui implicações diretas nos processos identitários das mulheres que optam por não terem filhos.

A partir desta breve contextualização acerca do fenômeno da não maternidade, a presente pesquisa teve o intuito de compreender, de forma mais aprofundada, a relação existente entre o ser mulher sem ser mãe, afinal, a sociedade começou a conceber a ideia de que uma mulher pode constituir sua subjetividade sem estar atrelada a maternidade. Desta forma, o problema de pesquisa deste estudo se propôs a investigar de que maneira as representações sociais sobre maternidade influenciam mulheres que não querem ser mães.

É importante entendermos: o que pensam as mulheres que decidem não ser mães ou não o são por motivos objetivos diversos? Social e culturalmente, como se dá no processo de socialização feminina a associação com o tema da maternidade? Quais consequências subjetivas para uma mulher não ser mãe numa sociedade em que o ideal materno é associado a ser mulher? Essas e outras preocupações nortearam as reflexões deste artigo.

O presente relatório final é fruto de pesquisa qualitativa que ocorreu no âmbito do Programa de Iniciação Científica – PIC, do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, entre Agosto de 2019 e Julho de 2020, no Distrito Federal. Na coleta de informações feita pela pesquisadora foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis mulheres. O perfil das participantes da pesquisa envolveu os seguintes critérios: as entrevistadas serem do sexo feminino, residentes do Distrito Federal, identificarem-se como mulheres e, serem maiores de 18 anos. Destas, duas eram mães, uma tinha o desejo de o ser, duas não foram mães por opção e uma desejava não ser mãe, mas apresentava dúvidas acerca da decisão.

O conjunto de informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas foi transcrito e organizado em eixos temáticos, conforme o método de análise de conteúdo temática (GOMES, 2009). As categorias analíticas orientaram o trabalho interpretativo acerca do que foi expresso pelas mulheres entrevistadas. A interpretação e a análise foram mediadas pela literatura recente nas ciências sociais e na psicologia social e cultural, especificamente, nos estudos sobre gênero, pautados pelas discussões sobre representações sociais e processos identitários.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar as representações sociais sobre maternidade nas trajetórias de mulheres que decidiram não ser mães.

Objetivos Específicos

- Entender por quais motivos culturais, sociais e pessoais as mulheres decidiram não ser mães.
- Entender o impacto dessa decisão nas redes de relações dessas mulheres (família, amigos, emprego).
- Compreender como as representações sobre maternidade influenciam os processos identitários dessas mulheres.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Representações sociais, gênero e identidade

Ao propormos uma reflexão acerca do que é ser mulher na atualidade, isso implica pensarmos em como esse grupo é representado e, conseqüentemente em processos identitários, que são constituídos a partir de trajetórias distintas tecidas na relação com os outros e com o mundo. Primeiramente, antes de entrarmos nas questões relacionadas à maternidade e não maternidade, é pertinente mencionarmos alguns aspectos sobre como as relações de gênero são estruturadas na nossa sociedade.

Aqui parte-se da visão de que gênero é uma categoria reguladora dos corpos, que orienta as formas de organização social e impacta os processos de subjetivação e a construção das identidades dos sujeitos (Almeida, 2014; Butler, 2014; Madureira & Branco, 2012; Sabat, 2001; Zanello, 2018). Assim como foi dito por Simone de Beauvoir (1949) “não se nasce mulher”: o gênero é uma categoria construída e regulada socialmente, utilizada como mecanismo de controle dos corpos através da divisão dos papéis que orientam as formas de organização social. E como foi afirmado por Butler (2014, p.253), gênero “é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas.” O que nos diz muito sobre a forma como nos educamos, relacionamos, sentimos, pensamos e agimos.

Como gestar e parir são funções que só podem ser exercidas por mulheres, as divisões de papéis foram pautadas por essa diferença física e legitimadas por ideologias políticas e religiosas (Zanello, 2018). Essa crença fez com que os homens passassem a ocupar os espaços públicos enquanto as mulheres se dedicavam à vida privada. Adichie (2015) afirma que é comum naturalizarmos práticas culturais que privilegiam os homens, tendo em vista que os estereótipos de gênero cumprem uma função de manutenção de poder que orientam nossas crenças e valores. Além disso, é necessário destacar que a cultura machista abre espaço para práticas de preconceito e discriminação contra as mulheres, afetando-as negativamente na tentativa de fazer prevalecer a visão de um grupo hegemônico.

De acordo com Madureira & Branco (2012), o preconceito enquanto uma construção coletiva, pode ser entendido como uma “fronteira simbólica rígida” (p.133), que

impede a estruturação de um espaço dialógico e rico em diversidades de crenças, valores e opiniões. Isso dificulta a expressão das identidades e acaba alimentando comportamentos baseados, por exemplo, em práticas sexistas, intensificando a desigualdade nas relações, além de produzir consequências na forma como os sujeitos se relacionam e também na visão que tem de si. Algo que também pode ser entendido através da “gênese social do desenvolvimento individual” (Madureira & Branco, 2012), pois nos desenvolvemos a partir das interações com os outros.

Segundo nessa direção, Woodward (2000) defende que as identidades são construídas dentro de um sistema de crenças, sendo, portanto, relacionais e simbólicas. Ou seja, as trajetórias de vida são orientadas por aquilo que vivenciamos e experienciamos dentro de um contexto cultural. E são potencializadas pelas representações sociais, a maneira pela qual damos significado para nossas experiências.

A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que tornar-se mulher é um processo histórico-cultural, e ao assumir isso, cria-se espaço para novas formas de produção de identidades. Historicamente, a concepção do que é ser mulher já passou por algumas modificações, por conta das conquistas de direitos que, conseqüentemente, culminaram em transformações nos seus papéis. A conquista do voto feminino no final do século XX pode ser citada como bastante significativa, porém, como mostra Miguel (2017), foi insuficiente. Segundo o autor, o desequilíbrio existente na divisão de papéis no âmbito doméstico ainda repercutia, naquela época, nos espaços público e privado, de maneira muito desigual. Apesar de vários anos terem se passado, pouca coisa mudou.

A compreensão das representações sociais é facilitada ao entendermos que a forma como as relações de gênero se constituem, reverbera no modo como as mulheres são vistas e representadas. Algumas idealizações e representações sociais acerca da figura da mulher ainda permanecem inalteradas e atemporais, como os estereótipos ligados a feminilidade, e a passividade, por exemplo. Esses rótulos estão fortemente presentes nas nossas realidades, pois a maternidade fez com que algumas características das mulheres passassem a serem vistas como “naturais”, tais como o cuidado, a docilidade, a sensibilidade e o afeto.

Sabat (2001), ao discutir representações de gênero e sexualidade em campanhas publicitárias, afirma que estas possuem um papel fundamental na constituição das identidades culturais, produzindo valores e estabelecendo relações de poder. Ao mesmo

tempo, a mídia reafirma representações que já circulam na sociedade: “suas imagens trazem sempre signos, significantes e significados que nos são familiares.” (p.12). Desta maneira, os estereótipos de gênero são reforçados e cumprem uma função importante, de manter relações de poder desiguais e hierárquicas, colocando as mulheres em uma posição de objetificação e legitimando práticas de violência e discriminação contra elas (Madureira & Branco, 2012).

A veiculação dessas imagens comunica e reafirma uma aparência corporal hegemônica, trazendo um ideal de beleza que é branco, magro e jovem. Além disso, dissemina práticas ligadas à feminilidade, incentivando o consumo de produtos e serviços que propagam este ideal. Por outro lado, é interessante pensar como esse ideal vem perdendo força, visto que os processos identitários e as formas de pertencimento vem questionando esses padrões. Apesar de não serem únicos, agem como verdade universal e absoluta, homogeneizando as diferenças e pressionando as mulheres para que estas estejam de acordo com o que é normatizado.

Apesar disso, percebe-se na contemporaneidade uma sobreposição de discursos, que faz parte de uma visão do sujeito pós-moderno. Stuart Hall (2006) mostra que mudanças estruturais e sociais no final do século XX levaram a uma ideia de fragmentação do sujeito, o qual passa a vivenciar de maneira mais intensificada uma perda de referências (que se dá no campo simbólico), refletindo na construção das identidades podendo culminar em uma sensação de desorientação e desamparo.

Ainda sobre a discussão dessa fragmentação do sujeito, Hall (2006) afirma que este passa a ser composto por uma visão não essencialista de si, assumindo e acionando várias identidades, que não são fixas ou permanentes: “dentro de nós há diferentes identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.” (p.13). Portanto, é possível dizer que ser mulher no mundo pós-moderno implica acionar essa pluralidade identitária, que é construída a partir das formas de pertencimento e das relações que se estabelece com o mundo e que se tornam cada vez mais complexas, diante das demandas expostas pela tripla jornada.

Moscovici (2015) vai afirmar que, enquanto seres sociais, precisamos da aceitação do outro e, de certa forma, as representações sociais são uma maneira de estarmos incluídos no universo consensual que nós mesmos construímos. Ao reproduzirmos estereótipos, processo que geralmente é automatizado, estamos tentando permanecer

dentro daquilo que é tido como consenso. Ainda segundo o autor, “o pensamento social deve mais à convenção e a memória do que a razão; deve mais às estruturas tradicionais do que as estruturas intelectuais.” (p. 57) Ou seja, as representações sociais como significados compartilhados coletivamente, são convenções sociais e culturais, criadas para suprir a necessidade de explicar o mundo. E como convenções, são difíceis de serem desconstruídas, pois transitam de geração em geração, através da linguagem. Mais à frente, isso nos ajudará a compreender o porquê de estarem presentes nos discursos das entrevistadas, ainda que estas tenham uma visão crítica sobre diversas temáticas.

Seguindo nessa direção, acreditamos ser pertinente mencionar que as subjetividades também são concebidas nesse universo que é, ao mesmo tempo, individual, coletivo e simbólico. Este processo é dinâmico e coloca em xeque a nossa identidade, que precisa ser negociada constantemente, pois existem diversas versões de nós mesmos que nos constituem. Somos demandados a agir de diferentes maneiras em diversos cenários. Assim, pensar sobre o que é ser mulher na atualidade envolve reconhecer os processos histórico-culturais no qual essas mulheres estão inseridas, pois como é analisado por Vieira (2005), os valores femininos são um recorte cultural da sociedade em que estão inseridas.

Ainda sim, é preciso compreender que apesar de existir uma grande influência dos processos históricos e culturais na vida dos sujeitos, estes não são determinantes, uma vez que cada indivíduo possui um papel ativo diante de suas trajetórias. Entender a identidade da mulher como um processo dinâmico e passível de mudança é fundamental para enxergá-la enquanto sujeito produtor da sua própria história, pois como traz Vieira (2005), a identidade “resulta de percurso histórico único e singular de cada sujeito, sendo construído com emoções, com perdas e ganhos, com crenças, com juízos e valores, que são agregados ao longo de sua história de vida.” (p.211)

Feminilidades e representações sobre os fenômenos da maternidade e da não maternidade

Diversas autoras (MANSUR, 2003; MOURA e ARAÚJO, 2004; SCAVONE, 2001a; TRINDADE, COUTINHO e CORTEZ, 2016; ZANELLO, 2016) afirmam que a maternidade nas sociedades ocidentais, tal como entendemos hoje, foi culturalmente idealizada e construída. Portanto, diferentemente do que é dito e performado pelo senso comum, diante da perspectiva destas autoras, ser mãe não é algo que faz parte da ordem do natural

e do biológico, visto que os significados que sustentam a lógica da maternidade foram estruturados historicamente.

A falta de reconhecimento social enquanto sujeito de direitos foi (e ainda é, em certa medida) por muito tempo a realidade da mulher. Deste modo, oferecê-la o papel de mãe e enaltecê-la por isso, foi uma estratégia para proporcionar certa afirmação social, já que gestar e parir é algo que só uma mulher pode fazer. Criou-se assim, o estereótipo de “sentimento materno”, onde foi estabelecido o tipo ideal de mãe, que está ligado também a função de esposa e de responsável pelo lar e pelos afazeres domésticos (ZANELLO, 2016).

O vínculo entre mãe e criança, bem como a maternagem como função feminina na sociedade ocidental surgiu a partir do século XVIII, a partir de interesses filosóficos, econômicos e políticos (MOURA e ARAÚJO, 2004; ZANELLO, 2016; ZANELLO, 2018) que tentavam regular uma nova forma de organização familiar. Foi aí, então, que surgiram as respectivas ideias e expressões ligadas a figura da mãe: maternal, cuidadosa, carinhosa, zelosa, “mãe coruja”, “santa”, entre outras, que colocam o instinto materno como uma verdade absoluta (MANSUR, 2003).

As representações acima citadas estão intimamente ligadas a relações desiguais de poder. Loponte (2002) diz que a sexualidade feminina é uma “categoria vazia” (p.286), pois a diferenciação sexual e a categoria gênero são construídas a partir da norma: o masculino. Com isso, o corpo da mulher e suas representações são concebidos e idealizados visando a satisfação do homem, que vai muito além da mera satisfação sexual, visto que a tentativa de controle dos corpos femininos acontece em diversas esferas. O corpo da mulher foi estabelecido como posse masculina, sendo o estereótipo da mulher-mãe uma estratégia que reforça essa crença e desvaloriza a mulher enquanto sujeito ativo, autônomo e produtor de sua própria subjetividade.

Nesse sentido, Scavone (2001a) mostra que a maternidade já foi entendida pelos estudos feministas como algo que era utilizado para oprimir as mulheres e justificar relações desiguais, pautadas em uma lógica sexista. Adichie (2015), ao analisar as relações de gênero, afirma que a definição de alguns papéis sociais associados às mulheres tem uma ligação com sua condição biológica, pois ao longo da nossa história como humanidade, prevaleceu a crença de que o atributo físico, mais especificamente a força, era importante para orientar a nossa sobrevivência enquanto espécie. Entretanto, a condição corporal como atributo necessário para uma vivência “bem-sucedida” não faz mais sentido nos dias

atuais, pois as formas de organização social agora requerem outras habilidades, que não privilegiam, necessariamente, características físicas. Apesar disso, as diferenças corporais ainda são motivo de justificativa para práticas que legitimam as desigualdades de gênero.

Discutamos então, as representações sociais acerca da figura da mulher nas sociedades ocidentais. Essas representações, constituídas e transmitidas através da linguagem e das gerações, são desenvolvidas desde a infância dos indivíduos, que fazem circular significados que orientam a vida dos sujeitos (MOSCOVICI, 2015). No caso das mulheres, a orientação está profundamente ligada ao ato de ser mãe, na medida em que a imposição desta função é introduzida e apreendida ainda quando estas são crianças, através de uma pedagogia cultural que estabelece modos de pensar e agir pautados na visão dicotômica entre os sexos e nas relações de gênero (SABAT, 2001).

Em contrapartida, há uma vivência muito forte que permeia o universo da maternidade e que é compartilhada, por todas as mulheres, sendo mães ou não, mas que não é falada, muito menos, valorizada. A sobrecarga, apesar de não ser exposta facilmente, é comunicada implicitamente, através das pedagogias culturais (SABAT, 2001), através do sentir e muitas vezes, através do adoecimento psíquico. Ainda na escola, instituição que regula nossos corpos e nossa sexualidade, é ensinado às mulheres que estas devem ser “[...] dóceis, discretas, gentis, a obedecer, a pedir licença, a pedir desculpas.” (LOURO, 2002, p. 15)

A opção por não ter filhos tem sido uma decisão cada vez mais comum entre as mulheres na contemporaneidade, ressaltando que o ideal construído acerca da maternidade sofre modificações de acordo com as tentativas de adequação aos novos estilos de vida e organizações sociais (SCAVONE, 2001a). Todavia, a não maternidade voluntária, enquanto uma escolha, ainda tem pouco espaço na sociedade brasileira, pois ainda é espantoso para algumas pessoas a recusa de algumas mulheres em serem mães. Apesar de alguns motivos serem comuns nesta tomada de decisão, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, a priorização da carreira profissional e dos estudos e as novas tecnologias reprodutivas (TRINDADE; COUTINHO e CORTEZ, 2016; SCAVONE, 2001a), não há uma única justificativa para tal escolha, visto que as motivações são diversas, sendo definidas de acordo com as trajetórias de cada mulher.

A maternidade para a mulher pode ser um aspecto central e estruturante da sua identidade como sujeito. Entretanto, as representações sociais acerca da figura da mulher

estão culturalmente enraizadas, de modo que a não maternidade ainda não é algo familiar no imaginário social, o que explica o pensamento preconceituoso e o julgamento moral de mulheres que não são mães. Para essas mulheres, negar esse elemento que foi aprendido como fundamental ao longo da sua vida, põe em xeque crenças e valores que foram, por muito tempo, constituidores de suas subjetividades.

A partir deste cenário, é fundamental compreendermos a construção do processo identitário a partir de significados coletivos que circulam através da cultura e refletem no modo de agir, pensar e sentir das pessoas. Nesse sentido é interessante partir da perspectiva de que a identidade é marcada pela diferença, uma vez que o processo de identificação envolve a exclusão (WOODWARD, 2000). Ou seja, assumir a não maternidade envolve a exclusão da maternidade, que é marcada simbolicamente por características que nos permitem identificar e representar o que seria a figura materna. A representação da não maternidade constitui-se, então, na exclusão das representações maternas, ou em parte delas.

No que tange a construção social das feminilidades, de acordo com Zanello (2018), é fundamental percebermos que as mulheres são mais cobradas emocionalmente e, portanto, tem maiores chances de adoecerem psiquicamente. E isso acontece não só pelo fato de estarem envolvidas em um contexto cultural que as invisibiliza em função do gênero, mas também porque essa relação hierárquica é reforçada porque espera-se que a mulher alcance o que dela é esperado: ser bela, esposa e (boa) mãe. Ao controlar os afetos, Zanello (2016) diz que a Psicologia teve um papel fundamental na construção desse imaginário social acerca do ideal materno: seu discurso normatizava como uma mulher-mãe devia se comportar, valorizando e enaltecendo as que alcançavam esse ideal e patologizando aquelas que não queriam ser mães.

Desta forma, é importante pensar sobre o impacto dessas cobranças na trajetória de mulheres que não querem viver a maternidade, visto que realizar uma escolha que desvia da norma tem um custo, que difere em intensidade de acordo com a história de cada uma. Beltrame e Doneli (2012) afirmam que apesar da pós modernidade ter trazido mais possibilidades para as mulheres, houve um aumento de exigências perante elas e conseqüentemente, do sentimento de insuficiência. Apesar de não ser uma relação determinista, em que a mulher que não é mãe necessariamente sofre, é algo importante a se pensar, visto que as mulheres são um grupo excessivamente cobrado socialmente em

vários aspectos, mas especificamente emocionalmente e, portanto, têm maiores chances de adoecerem psicicamente (Zanello, 2018).

MÉTODO

A presente pesquisa buscou responder um problema de cunho qualitativo que requer uma análise complexa de representações, significados e signos culturais através dos conteúdos trazidos pelas participantes acerca dos fenômenos da maternidade e da não maternidade. A pesquisa qualitativa é caracterizada por privilegiar a natureza complexa e dinâmica do desenvolvimento humano, além de priorizar o vínculo estabelecido entre o pesquisador e os participantes, bem como explorar as representações sociais acerca da temática analisada (GOMES, 2009; MADUREIRA & BRANCO, 2001).

Este tipo de pesquisa visa compreender minuciosamente o cenário estudado, e, para tanto, requer o desenvolvimento de habilidades por parte do(a) pesquisador(a), como saber interpretar o que não está explícito (MINAYO, 2009), para que este(a) consiga aproximar-se da visão de mundo dos(as) participantes ou compreender o que está sendo observado, analisado. Segundo Minayo (2009), o objeto de estudo neste tipo de pesquisa, apesar de poder ser quantificado em algumas situações, requer do(a) pesquisador(a) um olhar mais aprofundado sobre o fenômeno, pois ele(a) precisa imergir na rede de significados da temática proposta.

Por esses motivos, a pesquisa aqui realizada se alicerçou em uma metodologia qualitativa, uma vez que tinha como um dos objetivos compreender, de forma aprofundada, os sentidos existentes por trás das representações sociais acerca da não maternidade. Além disso, este estudo demandou um olhar mais detalhado e acurado sobre os estereótipos de gênero que estão associados a maternidade e os processos que a ela estão implicados. Para compreender esse universo de sentidos e significados, utilizou-se a entrevista semiestruturada como estratégia para acessar conteúdos, opiniões, visões e interpretações das mulheres entrevistadas.

A entrevista pode ser entendida como uma técnica de coleta de informações que favorece o acesso a questões pertinentes para a pesquisa através do diálogo com os participantes (MINAYO, 2009). Por essa razão, a equipe escolheu utilizar esse instrumento para que as mulheres pudessem discorrer sobre as temáticas a partir de um roteiro de perguntas que norteava a pesquisadora para mobilizar as questões e os assuntos pretendidos. Além disso, esse tipo de entrevista permite que o(a) participante desenvolva os temas mais livremente, compartilhando pontos e histórias que julgam necessários, bem

como possibilita que o(a) pesquisador(a) aprofunde e/ou sugira conteúdos que são relevantes para a pesquisa.

Os roteiros das entrevistas semiestruturadas (vide apêndices A e B) foram divididos em três blocos com eixos temáticos distintos: I) gênero e representações sociais, II) maternidade e III) saúde mental e psicologia. Havia ainda um quarto bloco, intitulado “Associações”, para que as participantes pudessem dizer palavras e expressões que vinham a mente de acordo com os termos citados. Vale destacar que haviam dois roteiros, um para as mulheres entrevistadas que eram mães ou que desejavam ser e outro para as mulheres que não eram mães ou que não desejavam ser. Ainda sim, a estrutura do roteiro foi a mesma, com apenas algumas adaptações nas perguntas, para se adequar ao perfil das mulheres entrevistadas.

Como as temáticas propostas para serem discutidas poderiam ser mobilizadoras de conteúdos internos, isso refletiu na escolha da ordenação e da disposição dos temas no roteiro. Para isso, a equipe pesquisadora decidiu iniciar a conversa com questões reflexivas, antes de introduzir assuntos que pudessem ser mais complexos e desafiadores para as participantes. O primeiro bloco de perguntas tinha como objetivo explorar questões de gênero e suas representações sociais. Para isso, exploramos as interpretações das participantes acerca das suas visões de mulher/homem, bem como questões relacionadas ao machismo, movimentos feministas e alguns temas relacionados a discussões de gênero.

O segundo bloco, como o próprio nome já sugere, questionava as participantes acerca de assuntos relacionados ao fenômeno da maternidade e da não maternidade. Por fim, o terceiro bloco tinha como objetivo compreender um pouco mais sobre as percepções, emoções e sentimentos das participantes relacionadas à sua escolha (serem mães ou não), na tentativa de problematizar o papel da psicologia nesse contexto.

Como dito, foram entrevistadas seis participantes, sendo que duas eram mães, uma desejava o ser e três optaram por não serem mães. É importante destacar que, apesar da não maternidade ser o foco do estudo, a equipe pesquisadora também optou por realizar entrevistas com mulheres que já eram mães ou que desejavam vivenciar a maternidade. O intuito foi ampliar visões sobre representações sociais ligadas a maternidade e a não maternidade, bem como articular diferentes perspectivas acerca dos temas propostos.

As participantes tinham idades entre 18 e 63 anos, todas residentes do Distrito Federal (DF). É importante ressaltar que apesar das mulheres entrevistadas terem um perfil

diversificado, há um recorte cultural e demográfico que precisa ser levado em conta, já que todas elas residem na mesma cidade, compartilhando, assim, certos valores e crenças. O convite para que elas realizassem a entrevista foi realizado pela pesquisadora, de maneira individual, através da sua rede de contatos. Ressalta-se que os nomes utilizados para apresentar os relatos são fictícios, para manter as identidades das entrevistadas preservadas.

Após a realização das entrevistas, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (vide anexo A) por parte das entrevistadas e da equipe pesquisadora, foi realizada a transcrição das mesmas. Concluída esta etapa, realizou-se a categorização dos temas, levando em conta as condições para uma boa construção das categorias analíticas, definidas por Gomes (2009): exaustividade, exclusividade, concretude e adequação. Na etapa de categorização buscou-se contemplar os objetivos da pesquisa e os conteúdos encontrados e mencionados nas entrevistas.

A última etapa, análise dos conteúdos compartilhados pelas entrevistadas, teve como foco a articulação os principais resultados, frutos das entrevistas, com a teoria. A intenção foi apresentar uma análise aprofundada e consistente acerca das representações sociais acerca do fenômeno da não maternidade. Deste modo, a partir do ponto de vista das participantes, propomos algumas reflexões e discussões que serão desenvolvidas a seguir, de acordo com as categorias analíticas construídas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

I - A “beleza por trás do sofrimento”: processos identitários e o ser mulher na atualidade

Nosso objetivo em relação a primeira categoria de análise é analisar nos discursos das entrevistas como os processos identitários relacionados ao ser mulher geram efeitos subjetivos nas participantes. Logo, nosso objetivo não é chegar a um consenso do que é ser mulher, mas, sim, explorar os significados dos conteúdos e representações que as mulheres compartilharam nas entrevistas.

Durante a realização da pesquisa, surgiram diversas características e aspectos que são ideais mais ou menos compartilhados, e que, de alguma maneira, fazem parte do imaginário social que constitui uma imagem do que é ser mulher. O papel de cuidadora nata (de si, dos outros e do lar) foi algo que apareceu em todas as entrevistas, fosse ele reforçado ou criticado. Joana, mãe, 63 anos, relacionou ser mulher e a possibilidade de gerar uma vida: *“eu fui mulher, pari meus filhinhos, né? [...] Que se eu fosse homem eu ia fazer filho mas não ia ter, carregar, a barriga... não ia ter aquele privilégio de dar o mamá, de trocar fralda, aquela coisa toda.”*

A gravidez é um diferencial biológico entre os sexos que sofre impacto das convenções culturais, pois a maneira como os corpos são vistos e tratados está diretamente ligada ao contexto em que estão inseridos. Vieira (2005, p.217) diz que os corpos das mulheres são vistos como “espaços de reprodução biológica [...] que aguardam o preenchimento pela maternidade”. Essa concepção de corpo mostra não só a necessidade de controle dos corpos femininos, mas também revela o quão a maternidade é vista culturalmente como uma verdade universal sobre o que é ser mulher, tornando-se, assim, imposta, além de surgir como constituidora da identidade da mulher.

Além da gravidez, a beleza e as atitudes consideradas femininas, como fazer as unhas e estar com a aparência corporal “em dia” foram pontos que também surgiram nas falas das participantes e que são elementos necessários para ser uma mulher considerada “bem-sucedida”. Assim, questões relacionadas a feminilidade como algo que faz parte da natureza da mulher, bem como práticas ligadas ao corpo, também estiveram presentes nos relatos. Em uma das entrevistas, a participante disse que ser mulher deveria ser algo muito bom, já que, na sua visão, até os homens estavam querendo ser como elas: *“deve ter*

alguma coisa na gente que encanta, né? Nosso jeito, de poder se enfeitar, né?”. Outra participante diz acreditar que mulheres tem um lado mais *“feminino”* e *“amoroso”*.

Ao ser questionada sobre o que é ser mulher, uma das entrevistadas disse: *“Apesar dos pesares, de tanta coisa, tanto rebuliço que tem na vida da gente, né? Às vezes a gente não tem tempo de fazer a unha, a gente não tem tempo de fazer o cabelo... mas, eu me olho no espelho, os cabelinhos... amaciei e tal: bom ser mulher! Me olho no espelho: Ô Joana, você tá bonita, hein?”* Como discute Zanello (2018), a construção das identidades é pautada nas relações de gênero e isso afeta diretamente a forma como os papéis e funções entre homens e mulheres são definidos. O corpo, a sexualidade e as nossas ações são mediadas pela cultura, que orienta nossa aparência corporal e nossos modos de agir comunicando aos outros e a nós mesmos significados culturais (Sabat, 2001) que acabam normatizando padrões.

Além do que já foi exposto, é interessante notar a contradição existente nos discursos quando as pessoas se comunicam. Na realização das entrevistas, as participantes, ao mesmo tempo que reproduziam e reforçavam estereótipos através de seus relatos, também tinham uma visão mais crítica acerca do papel da mulher. Por exemplo, ao falarem sobre o lugar menos privilegiado que ocupam, ainda que sejam exigidas delas mais funções do que são exigidas dos homens. Fernanda, mãe, 27 anos, disse:

“Tem que ser forte pra ser mulher, numa sociedade que nos reprime demais. A mulher é muito reprimida, é muito julgada. E, ao mesmo tempo, ela é muito idealizada. E eu acho que isso é o mais puxado, sabe? A mulher não pode fraquejar, né? E, ao mesmo tempo, ela tem que fraquejar. Então assim, é uma dualidade muito grande pra cima da gente, né? Que eu não vejo essa cobrança com o homem.”

No relato fica claro o quão as mulheres são mais exigidas psiquicamente do que os homens. É necessário um esforço emocional constante para dar conta de tudo. A participante utiliza o termo *“fraquejar”* para demonstrar a dimensão da experiência que é ser mulher: como se, ao mesmo tempo, ela precisasse ser forte para encarar todas as situações desafiadoras e, ainda sim, permanecer como o *“sexo frágil”*. Esse discurso invalida e inferioriza as experiências dessas mulheres, que através das suas trajetórias demonstram o oposto do *“fraquejar”*: são mulheres fortes, corajosas, batalhadoras e donas de si, que de

alguma forma precisaram quebrar as convenções sociais e culturais, que as dizem como devem ser.

As formas de sofrimento psíquico são diferentes para homens e mulheres, revelando como a experiência do cuidado pode ser um fator de proteção psíquica para homens, que se beneficiam ao serem cuidados, mas ao mesmo tempo, é um fator de adoecimento para as mulheres, que proporcionam esse cuidado aos outros e quase nunca para si (ZANELLO, 2018). Fernanda, além de citar o fraquejar, disse ainda que acredita que exista “*beleza por trás do sofrimento*”, mostrando a quão perversa é essa lógica do cuidado, que muitas vezes, precisa ser mascarada para ser aceita.

É como se fosse necessário, na visão de Fernanda, enxergar um lado positivo do sofrimento, já que este seria algo inevitável na experiência de ser mulher. Por que ser mulher envolve sofrimento? Falar sobre isso é um tabu, pois as mulheres são criadas para dar conta de tudo, para realizar mais de uma tarefa ao mesmo tempo e, na maioria das vezes, priorizar as vontades dos outros ao invés da sua. Esses comportamentos, apesar de existentes, muitas vezes não são questionados, assim como o cansaço, e os sentimentos de exaustão, desqualificação e desvalorização.

Essa prática de não questionar reforça o ideal de passividade e acaba sendo naturalizada e normalizada pelas mulheres, que muitas vezes, não se dão o direito de reconhecer e de desejar algo diferente para si. Isso confirma o que foi dito por Zanella (2018), já que a diferença entre os sexos enquanto grande fator influenciador da organização social também repercute na forma como os sujeitos sofrem, pois as formas de agir e de sentir estão atravessadas pela cultura e influenciam na construção das identidades.

As palavras escolhidas pelas participantes para se referirem ao termo mulher, de alguma maneira, estão ligadas às suas vivências enquanto mulheres. Curioso notar que a palavra “*beleza*” apareceu duas vezes, assim como o termo “*eu*”, que foi citado apenas por mulheres que não desejavam ser mães. Suas falas se assemelharam em alguns aspectos, como quando opinaram sobre feminismo, desigualdade de gênero e também sobre independência, podendo sugerir uma visão que elas têm sobre si: centralidade e protagonismo delas mesmas com relação a suas próprias vidas. O entendimento delas sobre o que é ser mulher diz muito das suas vivências e da forma como cada uma delas experencia o mundo.

Ainda sobre as palavras que as mulheres entrevistadas escolheram para se referir ao termo mulher, uma das expressões que nos chamou atenção foi *“padecer no paraíso”*. Ela foi dita por uma participante, mãe, que possui uma história marcada por dificuldades e sofrimentos de diversos níveis em vários aspectos da sua vida. Vale destacar que essa expressão normalmente é utilizada para se referir a experiência da maternidade. Entretanto, por conta da sua trajetória e da sua relação conflituosa com o ex-marido, é compreensível que ela tenha escolhido essa expressão para definir o que é ser mulher, de acordo com a sua visão e, indiscutivelmente, sua vivência desafiadora.

Um outro aspecto interessante das entrevistas que merece ser ressaltado é que os discursos pareciam ser, em diversos momentos, contraditórios. Ao mesmo tempo que as participantes reproduziam falas que reforçavam estereótipos quanto ao papel da mulher, reconheciam sua força, criticavam visões e opiniões dos outros sobre elas, além de reconhecerem e reprovarem o machismo. O fato é que todos estes discursos, mesmo sendo contraditórios e se sobreporem, são constituidores das identidades de cada uma dessas mulheres. As incongruências, como aponta Hall (2006), fazem parte desse processo de construção de identidade e também da produção das subjetividades de cada uma delas.

II - Maternidade e os dois lados da mesma moeda: a linha tênue entre o amor incondicional e a sobrecarga

Para a segunda categoria de análise propomos uma reflexão acerca das representações da maternidade na atualidade, pois para falar de mulheres que não querem ser mães, é preciso compreender a concepção de maternidade vigente e suas significações. Durante a realização das entrevistas, as mulheres entrevistadas trouxeram através dos seus discursos diversas representações que nos são familiares, bem como o fizeram quando tratamos de suas percepções do que é ser mulher. Marina, 18 anos, deseja ser mãe, e ao ser questionada sobre o que era ser mãe na sua visão, disse:

“É esse cuidado. Ter uma atenção maior. Ou então, abrir mão um pouco de você pra tá ali pra pessoa, pra dar conselho. Pra estar nos momentos bons e ruins, independente de você estar passando por um momento difícil, você estar ali com a pessoa. Você se colocar à disposição da pessoa.”

No seu relato é possível perceber que a doação prevalece como característica central da sua idealização da figura materna. De fato, quando acionamos as representações sociais acerca da maternidade, esse atributo aparece com frequência, pois é quase que uma relação de causa e efeito: para ser considerada uma boa mãe, é preciso se doar, abdicar de seus desejos e vontades para suprir as necessidades do outro. Assim como a doação, a experiência de completude quando se é mãe é algo que também aparece no imaginário social. Sobre essa experiência, Fernanda, mãe, 27 anos, compartilhou sua vivência:

“Eu me encontrei sendo mãe. É uma versão minha que eu tô amando muito. Eu me sentiria incompleta (se não fosse mãe). Mas não ser mãe, no geral, acho que é uma escolha. Sabe? Mas na minha realidade eu me senti muito completa. Eu, comigo mesma. Estou muito apaixonada!”

Ser mãe é uma experiência recente para Fernanda. Na data de realização da entrevista, seu bebê tinha 4 meses. É interessante notar que ela descreve seu sentimento com intensidade, e lembro de até comentar após sua fala, que seus olhos “brilhavam”. É possível que a concretude da experiência da maternidade seja capaz de mudar o sentido da mesma? Muitas mulheres dizem que sim.

Na nossa sociedade, ser mãe é algo muito valorizado e é fator estruturante para a identidade da mulher. Trindade, Coutinho e Cortez (2016, p. 144) colocam a maternidade como sendo “determinante do feminino, [...]comumente utilizado como base de validação e avaliação social da mulher”. Ou seja, a sua experiência enquanto mulher está diretamente ligada ao fato de ser mãe ou não: no imaginário social, isso define a experiência de completude da mulher. Depois de casar, o próximo passo é constituir uma família, que só é considerada completa, aos olhos da sociedade, após a chegada dos filhos. A ideia de que uma mulher sem filhos é uma mulher incompleta, é muito disseminada. A possibilidade de tornar-se “solteirona” ainda é motivo de temor para muitas.

Durante um determinado momento das entrevistas, a pesquisadora perguntava a opinião das participantes acerca da seguinte frase: “a maternidade faz parte da natureza da mulher”. Dentre as seis, apenas uma delas concordou com a afirmação. É importante ressaltar que a participante que concordou, além de ser mãe e ter a maior quantidade de filhos dentre as entrevistadas, também era a mais velha dentre elas, com 63 anos. Esses fatores geracionais são importantes para compreendermos o lugar de fala dessa

participante, pois ao falarmos de trajetória, estamos levando em conta o contexto de crenças e valores que fizeram e fazem parte de sua história. Se mesmo com todas as tentativas de desconstrução de estereótipos, a maternidade ainda possui um grande valor social nos dias atuais, imaginemos há 40 anos atrás, época em que a participante engravidou do seu primeiro filho.

O exercício de nos aproximarmos da visão do outro é importante para compreendermos sua visão de mundo. Por isso, os fatores acima citados nos ajudam a entender melhor o porquê da participante ter concordado com a afirmação. Além disso, existem outros aspectos da vida de Joana que são interessantes de serem pontuados, pois mostram como a maternidade se tornou um ponto fundamental na vida dessa mulher. Isso pode ser percebido nesse trecho da conversa:

“[...] pra mim, como não estudei, não fiz nada da vida, falei: não, vou cuidar dos meus filhos! Trabalhando, sempre! Trabalhando, com a ajuda da minha mãe, que ficava no suporte. Graças à Deus ajudava! Prioridade: meus filhinhos. Lá lá (no trabalho), voltava correndo pra cuidar. Nunca fui de deixar filho pra ir pra festa, pra deixar filho pra ir a lugar nenhum. Se fosse, era eu e eles. E nós juntos, sempre.”

A participante não concluiu a educação básica, possuindo ensino fundamental incompleto. Também relatou que sempre trabalhou como empregada doméstica, não tendo, desta forma, uma renda mensal satisfatória. Atualmente ela está aposentada, mas optou por continuar trabalhando, como uma estratégia para lidar com a depressão. Apesar do cenário, ela sempre fez questão de pontuar como o cuidado e a criação dos filhos sempre foram sua prioridade.

Por fim, o último aspecto a ser destacado na trajetória de Joana, diz respeito ao seu relacionamento com o ex-marido, algo que foi muito enfatizado por ela durante toda a entrevista. Através do seu relato, é possível compreender que foi um relacionamento adoecedor. Ela atribui, inclusive, a causa de sua depressão ao ex companheiro. Apesar de não conviverem mais como marido e mulher, ainda moram na mesma casa, porque ela não tem condições financeiras de se manter sozinha. Ela engravidou aos 17 anos e teve 4 filhos com esse homem. Em outros relacionamentos, ele teve 19, durante o período em que estavam juntos. O relacionamento com ele durou 40 anos.

Miguel (2017), ao fazer uma análise da obra “O contrato Sexual” (1988), de Carole Pateman sobre sua crítica ao contrato social, discute o potencial simbólico que existe por trás do casamento, enquanto estrutura definidora de status e produtora de identidade para as mulheres. Na visão de Pateman, o casamento significa uma busca por proteção, ainda que ele exija a perda de autonomia por parte da mulher, em vários aspectos. Ao ver que sua idealização não se concretizou, Joana precisou lidar com a frustração, com a dor da traição e também por ter que abrir mão de uma idealização de vida que, de certa forma, poderia lhe servir como um amparo emocional e, conseqüentemente, como estruturadora de sua identidade.

A participante nos conta essa história demonstrando muito arrependimento, pois o relacionamento e a vida que ela idealizava não ocorreram da maneira como desejava: *“Ainda mais quando a gente carrega um homem do lado da gente que a gente pejeja, pejeja e não... o sonho não é realizado. De repente... igual vidro: cai e quebra! E foi o meu caso.”* Joana, que sempre dedicou todos os seus esforços para criar os filhos, após decidir não seguir com o relacionamento, colocou, mais ainda, a maternidade na centralidade de sua vida. Além de tudo isso, perdeu 2 de seus filhos há poucos anos, colocando em xeque, novamente, sua identidade enquanto mulher e mãe. Foi possível notar em diversos momentos da entrevista que ela se questionava acerca da sua eficácia enquanto mãe, chegando a se culpabilizar em alguns momentos.

A história de Joana nos ajuda a compreender como a maternidade é um aspecto estruturante de sua identidade. Assim como ela, várias mulheres enxergam o ser mãe como algo fundamental. Se analisarmos, a vida de Joana foi marcada por diversos fracassos em aspectos que são valorizados socialmente na vida de um sujeito: na educação, no emprego e no amor. Já na maternidade, característica muito valorizada para uma mulher, ela obteve êxito: engravidou, gestou, pariu, amamentou e criou, praticamente sozinha, seus 4 filhos.

A vivência da maternidade aparece, então, como um aspecto fundamental na constituição de sua identidade, visto que em seu relato é possível perceber sua satisfação ao narrar sua história enquanto mãe. Desta forma, é fundamental reconhecer a relevância da experiência da maternidade não só na história de Joana, como de várias mulheres, onde ser mãe torna-se um aspecto estruturador no processo identitário das mesmas. Essa ideia nos remete novamente a noção de completude que a maternidade traz consigo. O modo

como as meninas são educadas já nos diz algo sobre um possível futuro: não se pode fraquejar, como foi dito por Fernanda.

O reconhecimento da sobrecarga materna foi unânime. Os relatos demonstravam que ele é real não só na vivência das mães, como também das que ainda não eram ou das que não tinham intenção de ser. Se sentir sobrecarregada é algo que faz parte da experiência de ser mulher, pois é necessário administrar os diversos papéis que lhe cabem. Ana Paula, 46 anos, que não deseja ser mãe, relatou:

“[...] é um ser humano que nasceu de você e precisa de cuidado! Então você tem que ser (uma boa mãe). Não dá pra você ser mais ou menos, eu acho. [...] Como eu não delego pra ninguém as minhas responsabilidades normais... de um filho, jamais! [...] E a responsabilidade de tentar acertar, pra mim, é a pior delas. [...] Então meu filho ia ser meu filho. Minha responsabilidade. Bem ou mal, seria minha responsabilidade.[...] E é pro resto da vida! Não é um dia ou dois.”

Ainda sobre a questão da sobrecarga, Fernanda, mãe, disse:

“[...] ela é real, não tem como fugir. Mas ela não é reconhecida. As pessoas falam: ah, é mãe. Ser mãe é isso. Não, gente! Ser mãe não é isso. A maternidade, acho que ela tem que ser desromantizada pras outras pessoas. Não pra mãe. Eu acho que a mãe, se ela não encontrar o romantismo da maternidade, ela surta. Porque, é necessário você encontrar beleza na maternidade, como mãe. Agora, o pai, o companheiro, os avós, tios, amigos, pessoas próximas àquela mãe... elas sim precisam desromantizar a maternidade, sabe? Porque elas precisam ter consciência da concretude da maternidade, que não é fácil. E por isso, ser rede de apoio.”

Essa romantização acerca da maternidade como algo que beira a perfeição, enquanto experiência e vivência que não admite nenhum tipo de sofrimento, implica em uma representação preocupante acerca da figura da mãe como aquela que deve aguentar

tudo em prol do outro, no caso, os filhos. Zanello (2018) mostra como a representação atual do ideal materno foi construído a partir de uma visão cristã, utilizando a figura simbólica de Maria, como exemplo de mulher e mãe a ser seguido. Sua representação traz sempre um semblante calmo, puro e paciente, quase como se negasse a sobrecarga e as dificuldades que envolvem ser mãe e que foram explicitadas nos relatos de Ana Paula e Fernanda. A intensidade da experiência pode ser tão devastadora que Fernanda chega a compará-la com a loucura: o “surto”, como dito por ela, é o oposto do que pode existir na maternidade. Uma boa mãe não deve surtar, uma boa mãe tem como responsabilidade acertar, como coloca Ana Paula.

Outra crença profundamente ligada à maternidade foi explorada durante as entrevistas: a ideia de instinto materno. De modo geral, as participantes trouxeram opiniões parecidas sobre o assunto, evidenciando em seus relatos a visão de que o instinto materno era algo natural às mulheres, estando ligado ao cuidado e proteção. Marina, 18 anos, que ainda não é mãe, mas deseja ser, compartilhou: *“[...] eu acho que é aquela proteção. Por isso que eu falei que não é só em relação ao filho. Você tem uma prima que você é muito apegada, uma amiga que você é muito apegada e você quer cuidar, quer proteger, quer dar conselho... quer tá ali do lado como uma mãe. Com o papel de mãe.”*

Helena, 58 anos, que não foi mãe por opção, ao falar da relação com os enteados, disse: *“(...) eu gosto muito deles, eles gostam de mim, mas assim, eu não tenho aquela coisa de mãe. Não tem jeito! Mãe é mãe! Não é meu jeito. Apesar de eu gostar muito de cuidar das pessoas, mas acho que essa coisa de mãe eu nunca tive”*. Ao ser questionada sobre o que era o jeito de mãe, ela continuou: *“Acho que é de botar tudo embaixo do braço e ficar protegendo. Eu gosto assim, eu ensino, mostro. Mas não tenho essa coisa de ficar assim...”*

A partir das falas das duas participantes é possível perceber que existe um consenso acerca da figura materna, caracterizado por uma forma de agir que define o olhar social do que é esperado de uma mãe. Apesar disso, há um ponto que nos chama a atenção nas falas, pois os atributos descritos nos trechos das entrevistas acima podem ser realizados por qualquer pessoa, problematizando a associação existente entre gênero e cuidado. Embora a maternagem seja diretamente associada a maternidade (MOURA e ARAÚJO, 2004), estes atributos não estão necessariamente conectados à capacidade biológica da mulher de gestar e parir. O que acaba reforçando, novamente, a ideia de que esses aspectos e representações sociais foram culturalmente construídos e atrelados à figura da mulher. Isso

mostra, portanto, que as relações familiares e as divisões de papéis são estruturas cabíveis de serem repensadas e reformuladas.

Para contrapor a visão dominante acerca do instinto materno, achamos pertinente trazer a fala de Clara, 30 anos, que apesar de acreditar na existência do instinto materno, mostrou uma opinião diferente da convencional:

“Eu acredito que existe. Muitas mulheres já tem muita vontade de ser mãe. E eu conheço muitas mulheres assim. Mas eu acho que... eu acredito que eu não tenho o instinto materno. Pra mim, o instinto materno é estar nos seus planos ter um filho. Isso pra mim é instinto materno. É estar nos seus planos ter um filho, planejar pra isso, desejar isso, se imaginar, sonhar com... sabe?”

Ao trazer a questão do planejamento, de certa forma, Clara desconstrói a ideia de que a maternidade é natural e o cuidado é instintivo, pois planejar envolve uma racionalidade que rompe com a crença romantizada de que a mulher já nasce pronta para maternar. Nos conduz a uma ideia que envolve decisão e escolha. Se é uma escolha, então a maternidade para as mulheres não deve ser entendida como verdade absoluta ou uma vivência determinante. É um construto que deve ser compreendido de maneira relacional, a partir do rompimento com uma visão determinista e essencialista (SCAVONE, 2001a). A não adequação a essas características ditas maternas, causa estranhamento e julgamento, nos levando a refletir então sobre o movimento oposto: a decisão pela não maternidade.

III - Mulheres-não-mães: a experiência de ser mulher sem ser mãe

Para Ana Paula, uma das participantes que não deseja ser mãe, a maternidade significa viver algo que ela não pode ter controle: ter um filho implica viver situações de imprevisibilidade que ela prefere abrir mão. Ela diz ainda: *“Porque filho é amor, mas é sofrimento, né? De todos os lados. De uma entrega, de uma expectativa, frustração. Então essas coisas me incomodam muito. Então eu prefiro não ter. Prefiro abrir mão.”* Helena, que também não quis ter filhos, fala sobre sua escolha:

“[...] eu fui tia muito cedo. Os meus sobrinhos nasceram eu tinha 9 anos. E minha irmã foi lá pra casa, morou com a gente. Teve 2 filhos quando ela morava lá. Nesse tempo, meus irmãos todos casados... porque eu sou a

caçula, né? E foram tendo filho... meu irmão perdeu um filho, a outra nasceu com problema... eu fui vendo que a beleza da maternidade não era 100% beleza. Tinha esse outro lado todo ruim. Você tinha que estar disposto a se dedicar. Você tem que estar disposto a cuidar do seu filho. Porque as pessoas falam: ah, depois que seu filho nasce você não tem mais vida. Eu acho que é mais ou menos isso mesmo. Por um período, pelo menos, você tem que se dedicar. É um ser indefeso, né? Depende de você pra tudo. E eu não tava disposta a abrir mão da minha vida pra passar aqueles perrengues todos que eu vi eles passando. Então, quando eu casei, eu tinha certeza que eu não queria abrir mão da minha vida pra ter filho.”

Os trechos das falas acima são de mulheres que optaram por não vivenciar a maternidade. E apesar das motivações de ambas serem distintas, as duas falam que ter filhos significa ter uma reponsabilidade e dedicação que elas não estariam dispostas a exercer. Essas duas características são consideradas pela sociedade como essenciais para uma mãe, pois é impensável que uma mulher não se dedique e não se responsabilize pelos cuidados com sua criança. Nesse sentido, estas são representações, critérios que foram culturalmente estabelecidos e que fazem parte da avaliação moral das mulheres, em que a sociedade as julgam como aptas ou não para serem uma boa mãe.

Desta forma, é possível notar como os estereótipos de gênero são constantemente acionados e reforçados, direcionando os comportamentos e discursos dos sujeitos. Até mesmo o fato de Ana Paula e Helena reconhecerem que não estão dispostas a vivenciar esse cuidado e essa responsabilidade significa algo sobre a experiência de ser mãe ou não. Não basta reconhecer que essas características são valorizadas, elas também as utilizam como argumentos para justificar sua decisão em não ter filhos, pois como coloca Woodward (2000), a identidade é construída na diferença. Assim, ao optarem por não vivenciá-las, elas afastam de si a experiência da maternidade, se identificando e se conectando com uma forma de subjetividade que não inclui a necessidade de ser mãe para se reconhecer como mulher.

Por outro lado, como já foi dito anteriormente, sustentar essa decisão em uma sociedade que ainda enxerga a maternidade como experiência essencial do ser mulher pode trazer o sentimento de dúvida em relação a essa escolha. Clara, que também não quer ser

mãe, falou sobre como esse desejo foi repensado após alguns acontecimentos que ela experienciou:

“Eu não tenho a intenção de ser mãe. Mas eu sinto que isso tem mudado um pouco, de um tempo pra cá, assim... eu tinha muita certeza. Quando eu era mais nova, eu não tinha certeza. Até pouquíssimos meses, eu tinha certeza absoluta que eu não queria ser mãe. Mas eu sinto que... eu senti uma necessidade de ser mais aberta pras coisas. E, hoje em dia... hoje, eu não tenho vontade de ser mãe. Mas eu estou aberta para, talvez, mudar isso. [...] Eu tenho tentado me acostumar... não me acostumar, porque parece que é uma obrigação. Mas eu tenho tentado me aproximar da ideia. Eu tenho tentado ver, sem os olhos de tanto preconceito que eu tava tendo também, porque eu me fechei muito ao não,”

Nessa perspectiva, fica evidente o quão as identidades são complexas, pois são constantemente transformadas e deslocadas, assim como acontece com a cultura, que tem a dinamicidade como um de seus princípios (Hall, 2006). Da mesma maneira que foi construída a concepção de maternidade enquanto algo inato às mulheres, a representação social de uma mulher que não deseja viver essa experiência também está sendo consolidada aos poucos. Portanto, é comum uma mulher que diz não querer vivenciar a maternidade se questione acerca da sua decisão, pois contestar a obrigação da maternidade implica em desviar-se da norma (MANSUR, 2003). As outras duas participantes também relataram que já se questionaram sobre sua escolha, ainda que a dúvida fosse algo passageiro.

Apesar do século XXI trazer consigo vários direitos e conquistas para as mulheres, aquelas que optam por não ter filhos ainda passam por situações desagradáveis, pois precisam afirmar constantemente sua escolha, ainda que para isso questionem sua própria identidade para conseguir “bançar” sua decisão. Como relatou Helena, a cobrança acerca da maternidade vinha não só dos parentes (próximos ou não) e amigos, como também, de pessoas que não tinham tanta intimidade com ela: *“Até o office boy, que trabalhava comigo, ele falou pra mim assim: você é uma pessoa tão bonita, você não vai deixar ninguém com suas características?”* Ana Paula, que também passa por situações semelhantes

compartilhou: “[...] professores mesmo, aqui na faculdade, uma vez eu comentei (que não era mãe), se assustaram! Se assustaram por eu não ter filho e nem querer. [...]”. Ela continua, dizendo que no trabalho, o mesmo acontecia com frequência:

“[...] Eu tive labirintite uma época, então eu ficava muito enjoada. Menina, teve um dia que o pessoal começou a bater palma [...] Falei: o que que foi, gente? Faltei porque tô com labirintite, não tem nada a ver. [...] Ninguém entendia porque eu não queria engravidar. Uns achavam que era porque eu tinha problema e não queria falar, que eu não podia... outros falavam: porque você não adota, menina?”

Para Clara, a maternidade é reivindicada pelos pais e sogros, além de ser fonte de um possível conflito com seu esposo:

“[...] Já tive discussões com eles, já pedi pra pararem de falar sobre, a minha sogra vive cobrando e isso me incomoda muito, porque eu acho que você não pode cobrar uma pessoa a ter um filho. Não tem como. Você pode... uma pessoa... cobrar, talvez, ela comer saudável. Mas ela ter um filho? Não existe isso! Enfim, ninguém reage de forma positiva. Nem o meu marido! Então nós conversamos pouco sobre isso.”

foi possível perceber nos discursos das participantes que não são mães o reconhecimento dessa exigência, não só profissional, mas de uma maneira geral, por serem mulheres. Entretanto, isso também foi citado pelas entrevistadas que eram mães ou que desejavam ser. Ou seja, na atualidade, apesar da sobrecarga ainda ser maior para as mulheres dentro da relação parental e esse ser um fator determinante, aliado a vontade de dedicação e crescimento profissional (Scavone, 2001a), ela nem sempre será um fator determinante. Cada mulher possui suas próprias razões e motivações, com diferentes origens e propósitos que orientam sua escolha, fazendo com que a não maternidade seja uma “experiência multifacetada”, como é dito por Mansur (2003).

Apesar disso, foi possível notar o quanto a maternidade era uma experiência indesejada para as mulheres entrevistadas que não desejavam ser mães. Quando foi solicitado que elas dissessem o que a palavra “maternidade” significava, as repostas foram

as seguintes: *“momento bonito, pra quem gosta”, “uma dificuldade” e “não quero”*. Ainda na realização do mesmo exercício, porém, completando a seguinte frase *“ser mãe significaria para mim...”*, elas disseram: *“abrir mão da minha vida”, “é péssimo, seria a pior coisa para mim” e “algo que eu ainda preciso pensar a respeito”*.

Como dito anteriormente, os motivos e as trajetórias de cada uma define suas crenças, valores e até mesmo a possibilidade de reconhecer a maternidade como uma escolha. Entretanto, como mostram Beltrame e Doneli (2012), a relação que as mulheres de classe média e alta na estabelecem com o trabalho e com sua carreira profissional, tem um lugar de importante influência nessa tomada de decisão. Elas passam a priorizar outros projetos de vida e possuem metas e objetivos que nem sempre estão alinhados com a ideia de cuidar de uma criança, como foi visto nas entrevistas. A inserção da mulher nos espaços públicos mostra como os impactos foram significativos em termos de mudanças na estrutura e organização social.

Entretanto, há algumas questões que estão enraizadas no imaginário social e que parecem não se aproximar de algum tipo de mudança. Partindo deste pressuposto, acreditamos que seria pertinente refletir sobre um tema que apareceu na maioria das entrevistas: a questão do aborto. Este assunto foi mencionado dentre as três mulheres que não desejavam ser mães e, enquanto Helena e Ana Paula afirmaram que seguiriam com uma gravidez indesejada, Clara disse ver a interrupção como uma possibilidade, ainda que essa atitude representasse um *“confronto de ideias”* e pudesse resultar em um conflito em seu relacionamento.

Aqui percebemos o quanto a maternidade está ligada a noção de dispositivo amoroso (TRINDADE ET AL. 2016; ZANELLO, 2018). Isso quer dizer que as escolhas das mulheres, muitas vezes, são pautadas nas concepções de *“família”*, e nas expectativas e responsabilidades que ela coloca sobre si acerca do seu relacionamento, pois como mostra Zanello (2018), o laço precisa ser constantemente *“garantido”* e suas decisões precisam ser pensadas a fim de evitar o desgaste ou o rompimento do mesmo. Nesse sentido, interromper a gravidez é uma decisão que envolve diversas variáveis, que se tornam mais complexas quando deve-se levar em conta não só a opinião de outras pessoas envolvidas, mas também o relacionamento com elas.

Portanto, o aborto, por ser um grande tabu e uma prática ilegal no Brasil, ainda é muito estigmatizado e julgado, o que pôde ser visto claramente nas falas das participantes,

que logo demonstravam sua opinião acerca do tema. Em todas as entrevistas o assunto surgiu por iniciativa das mesmas, que, em sua maioria, não eram a favor da interrupção da gravidez. Aqui, foi possível notar as representações sociais atuando, pois estas não são somente um imaginário social compartilhado: guiam nosso modo de pensar e agir, assim como orientam conteúdos que formam uma moral social (JODELET, 2001). Foi perceptível que havia, por parte das participantes, uma necessidade de deixar claro suas posições, ainda que implicitamente, como se houvesse uma necessidade de afirmar um posicionamento a fim de evitar um julgamento moral.

Essas atitudes, vindo de mulheres que desejam ou não a maternidade, demonstram o quanto o aborto é visto como algo extremamente negativo e que contribuem para uma concepção depreciativa da figura da mulher. O que não é tão diferente da ideia que se tem acerca da mulher que não deseja ser mãe. Com isso, é possível afirmar que apesar dos sujeitos serem ativos e autônomos na construção dos seus processos identitários, o âmbito cultural tem uma forte influência no modo como os processos sociais são constituídos. Esse processo, entendido como gênese social do desenvolvimento individual (MADUREIRA e BRANCO, 2012) aponta para o papel fundamental e estruturante das representações sociais na vida das pessoas.

Nessa perspectiva, ficou explícito que o universo da maternidade é, atualmente, uma experiência com diversas nuances. O que não significa que, anteriormente, as mulheres não encontrassem estratégias para não vivenciar a maternidade, visto que o controle da fecundidade sempre existiu (SCAVONE, 2001b). Contudo, os processos de urbanização e industrialização trouxeram consigo os avanços tecnológicos que deram origem as tecnologias reprodutivas, permitindo, assim, a separação entre sexualidade e a reprodução (SCAVONE, 2001a; SCAVONE, 2001b). Aliado a isso, o movimento feminista teve um importante papel na construção do fenômeno da maternidade enquanto escolha (SCAVONE, 2001b), além de politizar a subjetividade e os processos identitários com base nas discussões de gênero (HALL, 2006).

Deste modo, falar sobre as transformações acerca da vivência da maternidade para as mulheres, e assumir a possibilidade de escolha de viver essa experiência ou não, implica no reconhecimento das diversas tentativas de adequação aos novos estilos de vida. Apesar de estar havendo uma desconstrução da ideia de mulher-mãe, como mostra Zanello (2018), o ideal materno ainda possui uma grande força no imaginário social, sendo ainda muito

valorizado e pouco refutado, visto que a criação das meninas ainda reforça o cuidar como característica primordial. Com isso, entende-se que, a maternidade, apesar de não ser mais tão constituidora da identidade das mulheres, ainda exerce uma influência importante na vida das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escolher a não maternidade não impede que a maternidade não esteja presente nas vidas de mulheres que optaram por não vivenciá-la. Afinal, os sujeitos que integram os contextos sociais nos quais estas mulheres estão inseridas, ainda compartilham dessa crença de que uma mulher completa é aquela que é mãe. Como é afirmado por Vieira (2015), a identidade feminina é muito pautada pelo olhar do outro, que influencia fortemente a percepção que ela tem de si, tornando seu processo identitário algo muito complexo, que por vezes, precisa ser alterado e deslocado (HALL, 2006). E dentro desse jogo identitário estão as representações sociais, que servem como um termômetro que ajudam a medir não só a auto percepção como também sua aprovação social, que precisam ser constantemente elaboradas e repensadas, visto que escolher não ser mãe em uma sociedade moralista e tradicionalista exige uma postura desafiadora.

A partir disso, é viável afirmar que a escolha pela não maternidade é um fenômeno social que vem ganhando força nos últimos anos e que, por esse motivo, precisa ser entendido como sendo fruto das mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas (SCAVONE, 2001b). Se hoje é possível que uma mulher opte por não vivenciar a maternidade sem tantos estigmas é porque houveram transformações sociais significativas que as permitem realizar essa escolha, como sua inserção no mercado de trabalho, o surgimento das tecnologias reprodutivas, bem como a discussão e politização das questões privadas pelos estudos de gênero (SCAVONE, 2001a).

Entretanto, essa escolha ainda caracteriza uma minoria em uma cultura como a brasileira, que valoriza a figura da mulher-mãe inserida dentro um certo tipo de organização familiar. Além disso, é notável a ascensão de discursos fundamentalistas e sexistas no âmbito da política brasileira que reforçam esses estereótipos de gênero e compartilham um modelo de sociedade machista e patriarcalista, que acaba prejudicando a desconstrução de um imaginário social acerca da figura mulher.

Diante desse cenário, é preciso ressaltar a importância dos estudos de gênero, na tentativa de romper com crenças reducionistas que legitimam discursos machistas e práticas de discriminação contra as mulheres. A partir disso, é fundamental que a temática proposta aqui seja mais explorada através de novas pesquisas que permitam compreender

de maneira mais aprofundada e ampliada o universo da não maternidade, visto que esse é um fenômeno que ainda está mostrando suas facetas.

Por fim, é fundamental, também, que essas discussões estejam presentes nos contextos educacionais, pois assim como o conhecimento é uma ferramenta imprescindível nos processos de desconstrução, a falta dele pode reforçar discursos, práticas e atitudes opressoras. Nesse sentido, é interessante que o diálogo sobre questões como a que foi aqui proposta, esteja presente em diversos contextos sociais, com o intuito de facilitar o acesso a informação, a fim de promover uma sociedade mais igualitária, menos excludente e promotora de saúde para os indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 19, n. 2, p. 329-340, maio/ago, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** – 1. Fatos e Mitos. 12ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1949.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**. Canoas, n. 38-39, p. 206-217, maio/dez, 2012.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 42, p. 249-274, jan/jun, 2014.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009. Cap. 4, p. 79-108.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, Cap.1 e 2, p. 7-48.

HOMEM, Maria. As mulheres e a maternidade. **A tripla jornada: mulher, mãe e profissional**. Acesso em: 26 ago. 2020.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: **As representações Sociais**. JODELET, Denise (Org). Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2001. Cap. 1, p. 17-44.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.10, n.2, p.283-300, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200002>

LOURO, Guacira Lopes. (2000) Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 2000. p. 7-34.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Angela Uchôa. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 9, n.1, p.63-75, abril, 2001.

_____. As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In: BRANCO, Angela Uchôa; OLIVEIRA, Maria Cláudia (Orgs.). **Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p.125-155.

MANSUR, Luci. A Experiência de Mulheres sem Filhos: a Mulher Singular no Plural. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 23, n. 4, p. 2-11, dez, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Patman e a crítica feminista do contrato. **Rev. Bras. de Ciências Sociais**. v.32, n.93, p.1-17, fev, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/329303/2017>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009. Cap. 3, p. 61-77.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 11ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes. 2015.

MOURA, Solange Maria Bottka Rolim; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v.24, n. 1, p. 44-55, mar, 2004.

PATEMAN, Carole. **Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1993.

SABAT, Ruth. Pedagogia Cultural, Gênero e Sexualidade. **Estudos Feministas**. Florianópolis v. 9, n. 1, p. 9-21, 2001.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo nas ciências sociais. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.16, p.137-150. 2001a.

_____. Maternidade – transformações na família e nas relações de gênero. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**. Botucatu, v. 5, n.8, p.47-60, fev, 2001b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009. Cap. 3, p. 61-77.

TRINDADE, Zeidi; COUTINHO, Sabrine; CORTEZ, Mirian. Ainda é proibido não ser mãe? A não maternidade tratada nas publicações científicas da Psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Orgs). **Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s)**: questões para a Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 143-165.

VIEIRA, Josênia. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA**. São Paulo, v. 21, n. spe, p. 207-238, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300012>

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Orgs). **Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s)**: questões para a Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p.103-122.

ZANELLO, Valeska. (2018). **Saúde Mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro Entrevista (Mulheres que são mães/desejam ser)

Bloco I – Gênero e Representações Sociais

1. Na sua opinião, o que é ser mulher?
2. Como é ser mulher para você?
3. Na sua opinião, o que é ser homem?
4. O que você entende por machismo?
5. Você já vivenciou alguma situação que considerou machista? Gostaria de compartilhar?
6. Você acha que existe diferença na educação de meninas e meninos? Consegue lembrar de alguma situação que possa exemplificar isso?
7. O que você entende por feminismo?

Bloco II – Maternidade

1. Qual sua opinião sobre a seguinte frase: “A maternidade faz parte da natureza da mulher”?
2. O que te levou a querer ser mãe?
3. Em algum momento da sua vida você já pensou em não ser mãe? Por que?
4. Você possui algum relacionamento afetivo? Caso possua, você pode contar um pouco sobre como seu/sua parceiro(a) lida com o fato de você ser mãe/querer ser mãe?
6. Você conhece mulheres que não querem ser mães? O que acha dessa decisão?
7. Algumas mulheres falam sobre se sentirem sobrecarregadas com a maternidade como você vê/ sente isso?

Bloco III – Saúde Mental e Psicologia

1. Como você se sente em relação a maternidade?
2. Você já recorreu ou já pensou em recorrer a algum(a) psicólogo(a) para trabalhar questões que envolvam a maternidade?
3. Você acha que um(uma) psicólogo(a) poderia ajudar a trabalhar essas questões? Como?

Bloco IV – Associações

1. Quais as primeiras palavras que vem a sua mente quando digo o termo mulher?
2. Quais as primeiras palavras que vem a sua mente quando digo o termo mãe?
3. Quais as primeiras palavras que vem a sua mente quando digo o termo maternidade?
4. Complete a frase: não ser mãe significaria para para você...

APÊNDICE B - Roteiro Entrevista (Mulheres que não querem ser mães)

Bloco I – Gênero e Representações Sociais

1. Na sua opinião, o que é ser mulher?
2. Como é ser mulher para você?
3. Na sua opinião, o que é ser homem?
4. O que você entende por machismo?
5. Você já vivenciou alguma situação que considerou machista? Gostaria de compartilhar?
6. Você acha que existe diferença na educação de meninas e meninos? Consegue lembrar de alguma situação que possa exemplificar isso?
7. O que você entende por feminismo?

Bloco II – Maternidade

1. Qual sua opinião sobre a seguinte frase: “A maternidade faz parte da natureza da mulher”?
2. O que te levou a não querer ser mãe?
3. Em algum outro momento da sua vida você já quis ter filhos? Por que?
4. Como as pessoas próximas a você reagiram quando souberam da sua decisão?
5. Você possui algum relacionamento afetivo? Caso possua, qual a opinião do seu(sua) parceiro(a) diante da sua decisão de não ser mãe?
6. Você conhece outras mulheres que não querem ser mães?
7. Algumas mulheres falam sobre se sentirem sobrecarregadas com a maternidade como você vê/ sente isso?

Bloco III – Saúde Mental e Psicologia

1. Você se sente julgada pelos outros por não querer ser mãe? Como você se sente em relação a isso?
2. Você já recorreu ou já pensou em recorrer a algum(a) psicólogo(a) para trabalhar questões que envolvem sua decisão de não ser mãe?
3. Você acha que um(uma) psicólogo(a) poderia ajudar a trabalhar essas questões? Como?

Bloco IV – Associações

1. Quais as primeiras palavras que vem a sua mente quando digo o termo mulher?
2. Quais as primeiras palavras que vem a sua mente quando digo o termo mãe?
3. Quais as primeiras palavras que vem a sua mente quando digo o termo maternidade?
4. Complete a frase: ser mãe significaria para você...

ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

“ Representações Sociais sobre a não maternidade”

Instituição dos pesquisadores: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Professor responsável: Lucas Alves Amaral

Pesquisadora responsável: Camila Cristina Saraiva Castello

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

Antes de decidir se deseja participar (por livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo deste termo. Ao final, caso decida participar, você será solicitada a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe pesquisadora responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é analisar as representações sociais sobre maternidade nas trajetórias de mulheres que decidiram não ser mães.
- Você está sendo convidada a participar dessa pesquisa por ser mulher, maior de 18 anos.
- A presente pesquisa faz parte de um Projeto de Iniciação Científica – PIC do curso de Psicologia do UniCEUB.

Procedimentos do estudo

- Sua participação na pesquisa consiste em participar de uma entrevista semiestruturada.
- A duração estimada de sua participação é de 40 minutos.
- O áudio da entrevista será gravado, com o seu consentimento.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Por tratar-se de um tema delicado, as perguntas que estarão contidas na entrevista podem ser mobilizadoras e gerar emoções subjetivas na participante.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar em um maior conhecimento sobre os impactos da não maternidade nas vivências de mulheres que desejaram não ser mães, assim como uma melhor compreensão acerca da influência dessa decisão na saúde mental das mesmas.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária, você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.
- Se optar em desistir do estudo antes de sua conclusão, você será desligada do mesmo, sem qualquer dano a você ou à pesquisa.

Confidencialidade

- As informações relatadas durante a entrevista serão analisadas somente pelos pesquisadores, e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- As informações recolhidas ficarão guardadas sob a responsabilidade de Camila Cristina Saraiva Castello, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade.
- Caso tenha dúvidas ou queira informações acerca de sua participação no estudo, entre em contato com a pesquisadora responsável. Whatsapp: (61)99644-4453 e e-mail: camila.castello@sempreceub.com.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa ou queira informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, entre em contato com o Professor Orientador, Lucas Alves Amaral, pelo e-mail: lucas.amaral@ceub.edu.br ou entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br.

Eu, _____ R
G _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo. Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a senhora.

Brasília, ____ de _____ de _____

Participante

Pesquisadora Responsável

Professor Responsável